

ACONTECE HOJE O SEMINÁRIO SOBRE ASSÉDIO MORAL NO ANFITEATRO DO HC

Negociação da jornada dá o pontapé inicial

No último dia 17, depois de mais de um mês de espera e mobilização, o STU e a Comissão de Trabalhadores da Saúde conseguiram finalmente se reunir com o reitor Tadeu e o chefe de gabinete, prof. Ranali, para discussão da proposta de jornada, com número de plantões e de folgas. No início da reunião, o Sindicato e a Comissão informaram que esperavam uma manifestação da reitoria sobre a proposta para que a negociação pudesse ser iniciada. O reitor, entretanto, solicitou, explicações sobre o cálculo, o conceito de assistência e questionou o fato de a proposta do STU estabelecer uma nova jornada de 35 horas, indicando que a mesma deveria se limitar a estabelecer jornadas alternativas.

Respeito aos trabalhadores

Todas as dúvidas e questionamentos do reitor sobre a proposta e sua base de cálculo foram prontamente respondidas e sanadas pelo STU e pela Comissão, que também explicaram que a proposta apresentada foi aprovada em assembléia da Saúde e baseia-se na



Trabalhadores e Sindicato se debruçam incansavelmente sobre a questão da jornada

criação de jornadas alternativas, com base numa jornada intermediária de 35 horas semanais. A realidade dos trabalhadores, nos diferentes turnos, e a necessidade de se estabelecer relações e condições de trabalho que permitam atendimento de qualidade à população, tem de ser levadas em consideração para que a nova jornada seja mais justa e digna.

Próximo passo da negociação

Depois de a base de cálculo e os conceitos serem amplamente discutidos,

o reitor comprometeu-se a se reunir com os representantes da Saúde até ontem, para posteriormente, dar continuidade à negociação em reunião a ser agendada. Com o propósito de se estabelecer um processo de negociação da jornada, o STU e a Comissão consideraram positiva a reunião com o reitor. A decisão, agora, está nas mãos do reitor e a expectativa é a de avançarmos nas discussões. Mas é fundamental nos mantermos atentos e mobilizados.

Fique atento! Não assine nenhum documento que altere sua jornada de trabalho

A Unicamp está tentando alterar o contrato de trabalho de alguns companheiros da Saúde e, para isso, está solicitando aos mesmos a assinatura de um documento para que a jornada de 40 horas semanais seja cumprida

integralmente. O STU considera isto um absurdo e lembra que ainda estamos em processo de negociação da jornada alternativa de 35 horas semanais e dos problemas causados com a implantação da CAD. Portanto a orientação do Sindicato é para que

nenhum servidor assine documento que altere sua jornada, sem que a negociação com o reitor seja concluída. Vale lembrar que Qualquer desfecho da negociação será tratado com a categoria em Assembléia Geral.

Relatório da LDO poderá ser votado terça-feira

Dia 29, às 16h, caravana para a Alesp. Inscreva-se no STU

O presidente da Comissão de Finanças e Orçamento da Assembléia Legislativa de São Paulo (Alesp), deputado José Caldini Crespo, e o relator, deputado Edmir Chedid, anunciaram para o Fórum das Seis que na próxima terça-feira, 29/8, o relatório da LDO poderá ser votado na Comissão de Finanças e Orçamento. Esta posição contraria a proposta do PSDB e do governo estadual que não querem aprovar a LDO para deixar a definição dos gastos na mão do Executivo.

A importância desta votação é que estará em discussão o aumento de

vinculação de verbas para a Educação. A proposta do Fórum é de repasse de 33% da arrecadação de impostos para a Educação, incluindo 11,6% do ICMS para as universidades públicas estaduais e 2,1% para o Centro Paula Souza.

Tanto o relator quanto o presidente destacaram o papel do Fórum das Seis para que a votação da LDO seja pautada.

Em contrapartida, os reitores além de apresentarem uma proposta insuficiente para as universidades (10,0339% do ICMS) que só até a expansão, não têm se dedicado o suficiente e pressionado a Assembléia Legislativa por mais

recursos. No caso da Unicamp, o reitor tem utilizado a implantação do *campus* em Limeira para pressionar e fazer com que na LDO conste aumento de 0,05% para viabilizar o *campus* e possibilitar, em 2007, o início dos novos cursos aprovados pelo Consu.

A votação da LDO é fundamental para aumentar os recursos para as universidades, já que esse é o argumento dos reitores para arrochar salários, inviabilizar contratações e expandir com qualidade. O Fórum das Seis terá nova reunião com o relator na próxima segunda-feira, dia 28/8.

Campus de Limeira

Amanhã, 25/8 às 18h, na Câmara Municipal de Limeira, haverá uma audiência pública, com a presença de deputados da Alesp, para debater a

implantação do *campus* de Limeira. O STU estará presente e reafirmará a discussão que vem encaminhando junto com o Fórum das Seis na defesa de mais recursos para

que o ensino gratuito e de qualidade um dia alcance toda a sociedade. Queremos a expansão ancorada no tripé ensino, pesquisa e extensão.

Mudança da conta: para o Cruesp decreto não atinge as universidades

O governo do Estado, através do decreto 50.964, transfere a partir de janeiro as contas dos servidores públicos do estado para o banco Nossa Caixa. O reitor informou, na reunião do Consu, que o entendimento do Cruesp é que o decreto não atinge a USP, a Unicamp e a Unesp, consideradas autarquias especiais e com autonomia, nesse sentido estão em negociação com o governo. Na privatização do Banespa, o governo do PSDB vendeu o banco com as contas dos servidores, que por cinco anos tiveram suas contas vinculadas a este banco. Agora com a Nossa Caixa, também corremos o risco de utilizarem as contas dos servidores para, novamente, valorizar o banco para privatizá-lo. Afinal, esta continua sendo a política dos tucanos em São Paulo. O STU é contra a privatização do patrimônio público.

A reitoria da universidade tem sinalizado que pretende fazer uma licitação para as contas dos salários com a lógica de negociar alguns benefícios, dentre eles o não pagamento de taxas bancárias. O STU é contra a utilização das contas dos trabalhadores como barganha. Queremos exercer o direito de ter conta-salário para que o trabalhador tenha a opção de não

pagar taxas bancárias e qualquer negociação que envolver as contas deverá levar em consideração, em primeiro lugar, o interesse do trabalhador. Nossa posição é que estas condições devem ser buscadas, prioritariamente, em banco público. Portanto não devemos aceitar pressões de bancos, mas discutir coletivamente nossa posição sobre nossas contas.

O que é conta-salário?

É o direito que todo trabalhador tem de movimentar seu salário numa instituição financeira que tem a obrigação de fornecer cartão bancário, um extrato mensal, talão de cheques, sem nenhuma cobrança de taxas bancária.

Deu na imprensa

A imprensa divulgou declaração do

ministro da Fazenda, Guido Mantega, que disse ontem, terça-feira, que o trabalhador vai poder transferir dinheiro da conta de onde recebe seu salário para outra, em banco de sua escolha, sem pagar CPMF ou tarifas bancárias. "Estamos dando ao trabalhador o direito de escolher o banco com que quer trabalhar. Ele vai poder fazer isso sem pagar CPMF e sem pagar tarifas", afirmou.

Um passeio diferente!

Se você adora novidades, diversão e gostaria de ampliar seus conhecimentos sobre história, português e

literatura, ligue agora mesmo para o STU e reserve seu lugar no ônibus que vai te levar para onde tudo isto é possível: Museu da Língua Portuguesa.

Programa-se!

28/9 - sábado - às 8h00, saída do Largo do Pará. Almoço no bairro Bexiga e passeio livre.

Expediente: O Boletim do STU é uma publicação de responsabilidade do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp. 4.500 mil exemplares. Diagramação: João Teles